

Uma idéia louvável

É compreensível que a implantação do Piso da Atenção Básica (PAB), pelo Ministério da Saúde, tenha encontrado muita resistência e enfrentado duras críticas. Quando era discutida em tese, não havia quem rejeitasse a idéia. Todos os estados, inclusive os mais ricos, como os do Sul e do Sudeste, sempre acharam muito razoável que os mais pobres, do Norte e do Nordeste, recebessem mais recursos do Sistema Único de Saúde (SUS) — desde que isso fosse feito exclusivamente às custas do Governo federal.

O que se queria era mais dinheiro, e não uma redistribuição do dinheiro disponível. Mas, na prática, ~~como as unidades da Federação~~ que de fato tinham a perspectiva de receber verbas maiores se manifestaram incondicionalmente a favor do PAB. "Defendemos que estados das regiões Norte e Nordeste recebiam benefícios maiores, mas isso não pode implicar cortes no Sul-Sudeste", foi a afirmação do presidente do Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Saúde, José Rafael Guerra, que é também secretário de Minas Gerais.

Mas o fato é que o PAB, que está sendo implantado gradualmente, devendo atingir três mil municípios até o fim deste ano, é uma idéia louvável. Avança no sentido da descentralização e da mu-

nicipalização — e aqui, aliás, está uma explicação adicional para as pressões contrárias ao sistema: a perda de poder das secretarias estaduais de Saúde, visto que o dinheiro é repassado diretamente do ministério para os municípios.

Outro mérito do programa é a distribuição equitativa de recursos, de acordo com o número de habitantes de cada município (a partir de R\$ 10 por pessoa). Isso quer dizer que se deixa de remunerar melhor o município que "produz"

mais doenças. E o destino obrigatório do dinheiro — 50 itens, que incluem desde consultas médicas de especialidades básicas, como serviços de vacinação, até o programa de agentes comunitários — tende igualmente a premiar a saúde e não a doença, com a ênfase na prevenção e na assistência básica. Haverá mais recursos para municípios empenhados em campanhas básicas de saúde.

Há ainda uma vantagem adicional importante: com a criação dos conselhos municipais de saúde,

surgem boas perspectivas de que o Programa de Atenção Básica ajude pelo menos a combater as fraudes com o dinheiro do SUS. Esta, pelo menos, é a previsão do Ministério da Saúde; se confirmada, será um efeito colateral dos mais benéficos para a saúde dos cofres públicos.

...o Programa
(...) ajude pelo
menos a
combater as
fraudes...

OUTRA OPINIÃO

Tráfico de moribundos

RICARDO DE MENEZES MACEDO

A proposta original do PAB (Piso Assistencial Básico) se valia de duas premissas há muito desejadas: maior investimento no atendimento básico à saúde nos municípios pobres e pagamento de acordo com o número da população, e não por doença ou exame. É de impressionar como a política social vigente se caracteriza pela lógica do rei Midas ao contrário: transformar boas propostas em mecanismos de exclusão e economizar bilhões de reais para os cofres do Tesouro Nacional.

Está em andamento a contra-reforma de um sistema nascido como universal, que coloca como dever do Estado evitar que os brasileiros fiquem doentes, isto é, zelar pela prevenção, e, caso a moléstia sobrevenha, tudo fazer para tratá-los com dignidade, dando acesso a exames e internação, como garante a Constituição. Para implantar a versão palaciana do PAB, o Estado irá aumentar as verbas para as cidades miúdas (três mil) para até dez reais por habitante/ano, ou algo em torno de 85 centavos por habitante/mês.

Como o Orçamento da União para 1998 será menor do que o do ano passado, não só pela redução de 1,9 bilhão, como pelos contumazes desvios das fontes que alimentam a saúde, é certo que o dinheiro do PAB não terá o vigor do dinheiro novo, mas será fruto da alquimia que retira dinheiro do que funciona precariamente para pulverizá-lo onde pouco funciona. Uma coisa é priorizar o atendimento básico, outra é transferir para o mercado a assistência do cidadão doente. Atrás do discurso da prevenção está o inexorável incremento do setor privado, já que a combatida assistência pública à saúde, sofrente de investimentos para garantir a vida, será o cartão-postal para os "planos

de saúde", mercadoria esta altamente lucrativa. Para separar a verdade do discurso, basta ver o Orçamento da União. Apregoando a prioridade para a assistência básica, o Governo executou apenas 248 milhões de reais dos 443 milhões que dispunha em 1997 para o combate ao mosquito transmissor da dengue, *Aedes aegypti*, talvez mais preocupado com a sobrevivência do mosquito do que com a vida de alguns brasileiros.

Aos três mil municípios mais pobres, objeto do PAB, não resta outra alternativa senão aceitarem uns dinheiros a mais no seu orçamento, mantendo a prática do tráfico de gente moribunda em ambulâncias, levadas aos centros maiores agora ainda mais empobrecidos pelo inesperado sentimento franciscano deste Governo que lhes promete quase nada para evitar que fiquem doentes,

e lhes impõe o mercado como alternativa para a sua cura. Aos pobres, pobres, pobres convém nova espiada sobre o Orçamento da Saúde de 1997, quando, para a Assistência Alimentar e Nutricional do SUS foram executados apenas 47,8%; para a Educação em Saúde e Mobilização Comunitária saíram magros 18,6%; e para a Prevenção Precoce do Câncer Cérvico Uterino exatos 66,5% do valor programado.

Esta é a face cruel desta pequena e aparentemente ingênua sigla: PAB. Promover a ilusão de um me-

lhor atendimento básico aos miseráveis, ao mesmo tempo em que são retirados bilhões de reais da saúde através dos desvios de CPMF, Cofins e FEF, estas, sim, siglas graúdas usadas para democratizar o estelionato e institucionalizar o assassinato como forma de contenção de gastos e vergonhosa e impatriótica dependência do dinheiro da jogatina internacional.

Esta é a face
cruel desta
pequena e (...)
ingênua sigla:
PAB